Tribunal da Relação de Lisboa
Processo nº 10984/2005-8

Relator: SALAZAR CASANOVA

Sessão: 21 Novembro 2005

Número: RL

Votação: DECISÃO INDIVIDUAL

Meio Processual: AGRAVO

Decisão: PROVIDO

ACÇÃO EXECUTIVA

CONCURSO DE CREDORES

CUSTAS

INCIDENTE TRIBUTÁVEL

APLICAÇÃO DA LEI NO TEMPO

Sumário

Considerando que o concurso de credores se traduz numa acção declarativa com natureza incidental face ao processo executivo, aceita-se o entendimento de que, para efeito de aplicação das leis no tempo, quando a lei prescreve que “ as alterações ao Código das Custas Judiciais constantes deste diploma só se aplicam aos processos instaurados após a sua entrada em vigor”, tal significa que se tem apenas em vista os processos novos, não os procedimentos incidentais, subordinados necessariamente a processo instaurado antes da entrada em vigor das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 324/2003, de 27 de Dezembro.

Texto Integral

Decisão liminar nos termos do artigo 705º do CPC

1. O Instituto de Gestão Financeira recorre da decisão que indeferiu liminarmente a reclamação de créditos apresentada por não pagamento da taxa de justiça inicial.

2. Sustenta a recorrente que a acção executiva teve o seu início em 1997 e que as alterações ao Código das Custas apenas se aplicam aos processos com início posterior à entrada em vigor das alterações, isto é, em data posterior a 31-12-2003; refere ainda

que nos termos da alínea a) do nº3 do artigo 29º do C.C.J., com a redacção actual, não há lugar ao pagamento de custas nos apensos executivos, o que é o caso da reclamação em causa neste recurso.

Apreciando:

3. A questão a resolver é esta: o concurso de credores que integra as reclamações dos vários credores e que é autuado num único apenso ao processo de execução (artigo 865º/8 do CPC) deve ou não deve considerar-se processo *novo* para efeitos de aplicação do regime de custas introduzido pelo DL 324/2003, de 27 de Dezembro?

4. A “reclamação, verificação e graduação de créditos realiza-se numa acção declarativa de carácter incidental, pois que todas as reclamações que forem deduzidas pelos vários credores são autuadas num único apenso ao processo de execução” (artigo 865º, nº4)” (*Acção Executiva Singular*, Miguel Teixeira de Sousa, Lex, 1998, pág 341).

5. Ora a natureza incidental do concurso de credores-- que a lei entende ser objecto de autuação por apenso, como poderia determinar que corresse nos próprios autos executivos - leva a que nos interroguemos sobre se a lei, ao falar em “processos instaurados após a sua entrada em vigor” tinha ou não tinha em vista aqueles procedimentos que, embora processados com autonomia, são incidentais relativamente às acções instauradas.

6. O apenso de concurso de credores é tributado autonomamente: artigos 9º/2, 13º/1 (“incidente com a estrutura de acção”), 14º,m), 29º/3 a) todos do C.C.J.

7. O concurso de credores é um dos apensos declarativos previsto no artigo 14º do C.C.J. conforme prescreve a parte final do artigo 29º/3, alínea a) do C.C.J.

8. A recorrente tem, pois, à luz do C.C.J. de pagar, no âmbito desta acção declarativa incidental, taxa de justiça inicial.

9. Ora, ao longo de várias decisões proferidas nos tribunais da Relação, tem vindo a entender-se que a referência a “processo”

feita pelo referido artigo 14º, sob a epígrafe, “aplicação das leis no tempo”, tem em vista os procedimentos autónomos e não os que, independentemente da sua natureza, daqueles sejam dependentes ou incidentais.

10. A utilização do vocábulo “processo” (artigo 14º do DL 324/2003, de 27 de Dezembro) consente uma tal interpretação.

11. Referiu-se no acórdão de 16-6-2005 (Proc. 3933/2005 da 8ª secção do Tribunal da Relação de Lisboa - Relator: Ferreira de Almeida - que subscrevemos como adjunto) o seguinte: “ ...pese embora a sua tramitação própria, não constitui tal concurso, dada a respectiva dependência da acção executiva, em rigor - pelo menos para o efeito, que aqui releva, de aplicação da lei no tempo - um novo processo.

12. Ao invés do decidido, haver-se-á, pois, de concluir que, ocorrida a sua intervenção em processo já pendente, à data do início da vigência do novo regime legal, aí se mantém ainda o agravante, e por virtude da aludida ressalva, isento de custas”.

Decisão: concede-se provimento ao recurso revogando-se a decisão recorrida e ordenando-se a sua substituição por outra que admita a reclamação em causa.

Sem custas.

Lisboa, 21 de Novembro de 2005

(Salazar Casanova)